

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PAULO CESAR GARCIA CORRÊA

**ENEGRECENDO OS FATOS: A TRAJETÓRIA DE UM ALUNO NEGRO NO
CURSO DE LETRAS - LÍNGUAS ADICIONAIS DA UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ**

**Bagé
2021**

PAULO CESAR GARCIA CORRÊA

**ENEGRECENDO OS FATOS: A TRAJETÓRIA DE UM ALUNO NEGRO NO
CURSO DE LETRAS - LÍNGUAS ADICIONAIS DA UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Lazzaris

Co-orientadora: Profa. Dra. Kátia Vieira
Morais

**Bagé
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C824e Corrêa, Paulo Cesar Garcia
Enegrecendo os fatos / Paulo Cesar Garcia Corrêa.
37 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, LETRAS - LÍNGUAS ADICIONAIS INGLÊS, ESPANHOL
E RESPECTIVAS LITERATURAS, 2021.

"Orientação: Fabiane Lazzaris".

1. Raça. 2. Racismo. 3. Políticas públicas. 4.
Universidade. 5. Identidade. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

PAULO CESAR GARCIA CORRÊA

**ENEGRECENDO OS FATOS: A TRAJETÓRIA DE UM ALUNO NEGRO NO CURSO DE LETRAS
- LÍNGUAS ADICIONAIS DA UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras: Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e respectivas literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27/4/21.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Fabiane Lazzaris
Orientadora
UNIPAMPA

Profa. Dra. Kátia Vieira Morais
Co-orientadora

UNIPAMPA

Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão

UNIPAMPA

Prof. Dr. Thiago Santos da Silva

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **FABIANE LAZZARIS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/05/2021, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **KATIA VIEIRA MORAIS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/05/2021, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **THIAGO SANTOS DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/05/2021, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SEBASTIAO AILTON DA ROSA CERQUEIRA ADAO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/05/2021, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0516225** e o código CRC **8B4F820A**.

Referência: Processo nº 23100.006770/2021-76 SEI nº 0516225

A Deus, por ter colocado as melhores pessoas
no meu caminho.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus, por tudo de bom que me proporcionou até hoje, concedendo-me saúde e saber para ter concluído esta etapa com êxito.

A minha mãe, exemplo de persistência e força.

Às professoras Dras. Fabiane Lazzaris e Katia Morais, não só por terem aceito o convite para serem minhas orientadoras, mas pela amizade, paciência, disposição e ensinamentos transmitidos na elaboração deste trabalho.

À esta universidade, que me proporcionou uma nova janela de oportunidades materiais e vivenciais.

“Temos o direito de ser iguais quando a
diferença nos inferioriza;
Temos o direito de ser diferentes quando a
igualdade nos descaracteriza”.

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito abordar, primeiramente, formas de práticas racistas que normalmente são invisibilizadas, mas que precisam ser constantemente problematizadas nas instituições. O cerne deste estudo parte de uma narrativa autobiográfica em forma de ensaio acadêmico e aborda as vivências de um aluno negro do Curso de Licenciatura em Letras Línguas Adicionais no Campus Bagé. Através deste relato é possível constatar e materializar a discriminação e o preconceito presentes nas relações que permeiam o nosso contexto social e universitário, demonstrando a forma como estas práticas relacionais influenciam na formação da população negra. Este trabalho também buscou expor que a formação educacional universitária, mesmo atenta às diretrizes constitucionais com relação às políticas públicas de inclusão através de ações afirmativas, ainda necessita de acompanhamentos mais efetivos ao propor-se contribuir para a superação do racismo.

Palavras-Chave: Raça. Racismo. Políticas públicas. Universidade. Identidade.

ABSTRACT

This paper intends to approach, firstly, forms of racist practices that are usually invisible, but that need to be constantly formulated in higher education institutions. The core of this study starts from an autobiographical narrative in the form of an academic essay and delineates the experiences of an undergraduate student at Curso de Licenciatura em Letras Línguas Adicionais in Campus Bagé at Universidade Federal do Pampa. Along the narrative essay, it is possible to verify and materialize the discrimination and prejudice present in the relationships that permeate our social and academic contexts, demonstrating how these relational practices influence the formation of black people. It also sought to expose that the university educational formation, even if attentive to constitutional guidelines regarding public policies of inclusion, still needs more effective monitoring when proposing to contribute to overcome racism.

Keywords: Race. Racism. Public policies. University. Identity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Registro de autodeclarados pretos e pardos ano de ingresso e concluinte 2010-2020 Unipampa	31
Tabela 2 -	Registro de autodeclarados pretos e pardos ano de ingresso e concluinte 2010-2020 Unipampa – Campus Bagé	33
Tabela 3 -	Registro de autodeclarados pretos e pardos ano de ingresso e concluinte 2010-2013 por curso de Letras do Campus Bagé - Unipampa	34
Tabela 4 -	Registro de autodeclarados pretos e pardos ano de ingresso e concluinte 2013-2020 por curso de Letras do Campus Bagé - Unipampa	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS E METODOLOGIA	17
3	ESTRUTURAS DE OPRESSÃO RACIAL	23
3.1	“Coisa de negro” (Adágio popular)	23
3.2	O discurso da consciência estrutural	24
3.3	Raça e racismo	26
4	REPARAÇÃO SOCIAL	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Será sempre o negro subalterno e incompetente? Esta pergunta ecoou em minha mente e inquietou-me por um bom tempo. Intencionalmente ou não, ao proferi-la, meu ex-professor no Ensino de Jovens e Adultos, instigou-me a procurar por uma resposta. Afinal, o que define se o trabalho do negro é ou não um bom trabalho? Vamos por partes. Primeiramente, atente para os fatos narrados pela escritora Chimamanda Adichie (2009) em sua palestra *O Perigo da história única*. A escritora nigeriana afirma que a visão que se tem do continente africano vem do modo como foi construída a literatura ocidental a partir de relatos de viajantes e navegadores europeus que na maioria das vezes descreviam as pessoas negras como inferiores, preguiçosas e cujos comportamentos morais não correspondiam à conduta própria de um ser humano “civilizado”. Esta maneira de perceber imagetivamente o povo negro, se fez presente e prestigiada na historicidade, já que pensadores e filósofos como Immanuel Kant, um dos mais importantes do século XVIII, afirmou, entre outras coisas, que “nunca houve algo de importante feito por mãos negras” (LEPE-CARRIÓN, 2014). Denota-se então que a imagem da pessoa negra foi uma criação intencional e sistemática para justificar a submissão física e a subalternidade desse povo, reforçando a mítica de que “a pessoa negra não é capaz de produzir algo com perfeição” (GONÇALVES, 2018). Mítica imagem histórica esta que perdura até nossos dias, pois expressões como “serviço de preto” são banais e recorrentes em linguagens de todos os níveis sociais. Segundo Bell Hooks, no livro “Olhares negros: Raça e representação”, desde a colonização os brancos que detinham o poder, reconheceram que controlar tais imagens era fundamental para qualquer sistema de dominação racial e social. “Eu só vejo de um ponto, mas em minha existência sou olhado de toda parte [...]” (HOOKS, 2019 *apud* BORGES, 2019).

Contribuindo para aumentar o catálogo de histórias possíveis sobre e para a população negra, trago neste trabalho de conclusão de curso uma contra-narrativa (MARTINEZ, 2020) com base em teorias críticas raciais em forma de ensaio autobiográfico a partir de minhas vivências no Curso de Licenciatura em Letras Línguas Adicionais: Espanhol, Inglês e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa Campus Bagé. Meu objetivo é demonstrar o enegrecimento dos fatos a partir da minha trajetória como um estudante negro no curso de Letras e de que forma isso impacta na minha idéia sobre racismo. Nesta minha trajetória busco contribuir para a tomada de consciência sobre o racismo.

Esta é a minha história.

Quando ingressei na universidade, uma palestra com o tema racismo foi apresentada, cujo propósito inicial, creio, era proporcionar um debate com o intuito de ampliar o conhecimento acerca da historicidade negra brasileira e acabou no extremo de provocar inimizades que perduram até hoje, tal a relevância e delicadeza do assunto.

Parece ser senso comum que algo ou alguma coisa, seja o que for, nas mãos dos negros não pode ser bem-feita. Acredite! Isso é praticamente um adágio popular. Por que isso acontece? Vou explicar o porquê. Esta negativa visão social da figura negra, ainda que pareça, não é um mero produto da ignorância. Grosso modo, se pode dizer que esta visão foi construída e se encontra ainda solidificada. E tal narrativa foi deliberadamente inventada para facilitar eventos históricos de toda ordem, desde a escravização de outros seres humanos, chegando ao controle político-social de um país. Entenda, esse adágio, onipresente em nossa cultura, que sufoca e extirpa muitas vezes, nossas aspirações e, conseqüentemente, nossas ações, foi implantado com a invenção, reprodução e manutenção de visões estereotipadas que tanto ferem a dignidade negra. E esta inverdade se reflete fortemente nos comportamentos sociais nos nossos dias. O que as redes sociais e alguns de nossos representantes lotados nos mais altos escalões, classificam como “vitimismo”, posso afirmar categoricamente, que é classificado como racismo.

Ao sair da palestra anteriormente referida, conversei com um irmão negro universitário, e pergunto se ele realmente sabe como se deu a Abolição no Brasil, e em sequência exponho a ele os conhecimentos recém-adquiridos. Citei que a Lei Áurea não previu políticas de reinserção aos povos escravizados, que eles não obtiveram os mínimos direitos respeitados e/ou garantidos em lei e que foram propositadamente excluídos dos espaços sociais e laborais. E, segundo minha própria conclusão, nós fomos, e ainda somos jogados deliberadamente para a margem da sociedade. “Livres do açoite da senzala, mas presos na miséria da favela” (MANGUEIRA,1988). Prossigo argumentando que, a consequência histórica da política público-governamental brasileira quando se refere à população negra são as estatísticas que vemos no presente, que muito bem refletem a real situação do racismo no nosso país.

Segundo o (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2019, p. 03.) têm-se que:

As estatísticas de cor ou raça produzidas mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019, p. 03)

Definitivamente, vitimismo é um termo, no mínimo, muito desonesto. Em continuidade, o mesmo irmão negro com quem conversava, concordou comigo, acrescentando que temas

relacionados à educação antirracista e ao debate pela reavaliação da figura negra pelo resgate do real papel do negro na história comporiam as bases essenciais por uma busca de equidade racial, pois as mazelas que carregamos desde o nascimento são determinadas pelo nosso passado. Pelo passado histórico e pela nossa, infelizmente pautada e justificada, incapacidade de operar ajustamentos profundos em nossa sociedade. Culpa do sujeito negro? Seríamos nós os responsáveis pelas nossas mazelas? Vejamos algumas possibilidades de resposta.

Nascer e crescer com a imagem de que “negro não tem vez” não é uma miopia, fragilidade ou ignorância, quando todo o sistema ao seu redor corrobora para reafirmar essa visão. A pobreza, a falta de educação e ensino de qualidade, a mídia inconsequente e o racismo já enraizados no cerne social brasileiro formam uma reação em cadeia, um círculo vicioso que nos remete a ouvir em variados ambientes sociais a sentenças como: “Tinha que ser preto” ou “foi serviço de preto?” Devíamos exigir que todos soubessem a resposta? Sim, exigir principalmente de nós, negros.

Mas o que pauto é que a representatividade e o protagonismo individual proporcionam disposição para moldar a realidade. Quando cito protagonismo, falo do sujeito que no desempenho do seu trabalho carrega características pessoais como fidelidade, motivação e dedicação e leva tais características junto ao seu proceder na busca do desenvolvimento pessoal, na sua família e nas relações pessoais que possui. Você pode facilmente confundir protagonismo com meritocracia, a qual prega que o sucesso pessoal e profissional está exclusivamente atrelado ao esforço pessoal, somos todos iguais (MICHAELIS, 2021). Mas nós sabemos que em um país cuja desigualdade social é uma marca registrada, não funciona assim. Na verdade, a ascensão social e profissional está mais ligada às oportunidades que temos no momento ou tivemos no passado.

E se pergunte: O que nós, os negros, temos com isso? O que temos é que nossa realidade é única! A corrente que amarrou nossos ancestrais ainda nos amarra. Nossa luta é diária para provar nosso valor, e o resultado desta luta muitas vezes se traduz em migalhas e ridicularizações em formato de críticas. Lembram-se do adágio “coisa de preto”? Pois chega de se contentar com migalhas. Eu, negro, serei meu próprio salvador. O racismo só funciona porque os pretos o filtram. Pois vamos usar outro filtro, o filtro do conhecimento. Vou ser mais "escuro" na ideia, me perdoe o trocadilho. Quando indagado fores se a figura do negro só invoca a trabalhos ineficazes e subserviência, responda com o filtro do conhecimento.

Respostas sem hipocrisias, medos ou justificativas rasas. Se somos estereotipados de todas as formas possíveis, como uma raça com desvios de caráter, amorais, animalizados quando chamados de “macaco” e politicamente deformados, que saibamos responder com propriedade: A resposta é Não! Não somos animais lascivos (da cor do pecado) como nos pinta a mídia. Não somos vilões de telenovelas ou serviçais escravizados. Somos humanos! Homens e mulheres que têm

valor. Daremos um novo sentido ao velho e persistente adágio. Mas as frias estatísticas estão aí, e o que nos falta, em minha opinião, é reconhecer os assustadores números, e reconhecer-se neles, nas suas amplitudes e especificidades. Ainda que o problema do racismo vá além das estatísticas. O Professor Otair Fernandes, doutor em Ciências Sociais e coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Leafro/UFRRJ), ressalta que:

Mesmo após 130 anos de abolição, ainda é muito difícil para a população negra ascender economicamente no Brasil. “A questão da escravidão é uma marca histórica. Durante esse período, os negros não tinham nem a condição de humanidade. (Observatório, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018)

Entenda, temos que agir diferente do que temos feito até agora. Opiniões de botequim, rasas e meritocráticas, como: “somos todos iguais”. São para nós, negros, um desserviço. Eu escolhi falar sobre este assunto, pois como negro, vivencio o racismo desde sempre e cansei de ouvir de colegas universitários não-negros que “exageramos” e que “agora tudo é racismo”, eu retrucava explicando que “falar sem sentir na pele é fácil, mano”. O racismo está aí, presente, livre, leve e solto. Esclareço que não tenho a pretensão de falar por todos, relato apenas minha vida e o entorno a qual pertença. Enegrecendo os fatos, acredito que nós, todos nós, temos que encontrar um meio de amenizar o racismo. Apenas amenizar, pois sua erradicação seria uma utopia. Mas você pode se perguntar: O que seria da vida sem a utopia de um mundo mais justo? Como mencionei, ainda carregamos as correntes de nossos ancestrais, e as estatísticas que vemos no presente, refletem a nossa real situação; não me permito, assim, divagações filosóficas e ir além dos frios números.

Houve um tempo na minha vida que eu nem sequer sonhava. Era um caos diário. Luta pela sobrevivência e mais nada. Eu, como todo preto na minha condição, necessitava de uma “chave”, uma forma de virar a página da minha vida, um caminho diferente daquele traçado pelo sistema para minha cor de pele. A representatividade? Sim! Mas não apenas ela. Pois a representatividade carrega consigo um elemento adjacente muito utilizado pelo “modus operandi” racista: a meritocracia. O historiador e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Sidney Chalhoub afirma que sob o aclamado estigma da meritocracia, na verdade esconde-se o desejo da reprodução eterna da desigualdade social (MERITOCRACIA, 2017). “Fica parecendo que a meritocracia partiu de uma definição abstrata, excluída das circunstâncias sociais e materiais de vida das pessoas” (MERITOCRACIA, 2017). Então vamos falar de uma outra chave, o Protagonismo Negro.

Lembram quando na época, juiz-presidente do Supremo Tribunal Federal, o excelentíssimo Joaquim Barbosa foi alçado à figura de possível candidato à Presidência da República? Bem, eu

postei uma foto em minha rede social com os dizeres “Chegou nossa vez”! As reações dos amigos virtuais foram, em sua maioria, neutras e/ou positivas. Mas entre as opiniões negativas, rasas, risos de deboche e manifestações arcaicas, infelizmente havia presença de negros entre as tais. Por quê? Bem, mais tarde explanaremos sobre a questão identitária do negro e encontraremos possibilidades de resposta.

Sempre sofri discriminações de toda monta, mas foi na Universidade que passei a entender alguns fenômenos macabros na história do nosso país. O mais terrível, entre tantos, foi semeado há 500 anos e ainda se faz ferozmente presente: pretos são inferiores, portanto, seu trabalho e o seu resultado também o é. E tamanha foi minha sublimação ao ver um homem negro, retinto e togado chamado Joaquim Barbosa, destacando-se tão positivamente. Pois desde sempre me foi posto que “preto não tem vez”. E aquela figura que exaltava saber, sobriedade e poder, com sua presença quase diária na mídia, promoveria uma reforma radical na minha autoestima. Ele, o negro, o Chefe, o protagonista, sem precisar de salvadores brancos, como as crianças, homens e mulheres negras que comumente assistimos na mesma mídia. Pensei comigo “Esse vai representar o preto, ele come a comida de preto e dorme com a pele de preto, na posição em que chegará será ouvido e será referência para todos”. Em suas citações de posse, como ministro do Supremo Tribunal Federal, ouvimos “Carrego na alma e no corpo as marcas e cicatrizes das lutas de meus ancestrais” (ROMANO *apud* BARBOSA, 2004). Mas o tempo ou outro mecanismo minou esse meu sonho.

Penso que quando proferimos o discurso de “emancipação e autoestima da figura negro(a)” precisamos focar naquilo que nos une, nas causas, ideais e figuras que nos unem. Ou seja, que nos represente. Aquele(a) que possa ter sentido na pele o que sentimos e ressignifique tal coisa. Antes de tudo, somos negros, e nossa causa é única. Salvo as lógicas diferenças, como sexuais, religiosas e outras que, obviamente serão respeitadas.

O que quero explicitar é que às vezes, o primeiro muro que nós, pretos, encontramos, é o nosso próprio reflexo no espelho. Somos concebidos no caos, nas identidades negras não reconhecidas, nas subjetividades e nos pré-julgamentos. O primeiro acerto, sempre é o mais difícil. Mas a partir de um momento em que um preto acerta, quando a primeira ação dá certo, você passa a acreditar na segunda. Se ele pode, por que eu não posso? Que estratégias adotaremos para sair desse círculo? Eu acredito que o que queremos e precisamos são de pretos como Carolina de Jesus e Djamila Ribeiro. Negros e negras que por suas posições, histórias de vida e mentalidades irradiam conhecimento.

Assim como nossos irmãos americanos Dr. Martin Luther King Júnior e Malcolm X, irradiaram tanto conhecimento e o enviaram tão longe que expandiram até a capacidade de eleger o presidente do país mais "poderoso" da Terra, o Negro Barack Obama. Lembrando que eles, os

negros norte-americanos, não compõe mais do que 15% da população. Ou seja, são uma minoria racial. O que nos leva a crer que Obama contou com os votos brancos para se eleger. Os brancos norte-americanos foram convencidos que sim, aquela figura negra centralizava e irradiava força, poder e conhecimento para ser seu representante. Concluo então que a força da representatividade aliada ao conhecimento dos mecanismos que regem a sociedade racista proporciona aos sujeitos negros a disposição para mudar a sua própria mentalidade e conseqüentemente a sua realidade social.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Objetivamente exponho que o racismo existe e fere, que tem seus espaços segmentados na sociedade, que se retroalimenta e se reinventa pelos mesmos mecanismos que negam a sua existência e saber disso é essencial para combatê-lo. Assim, executo uma narrativa interseccional acerca das temáticas étnico-raciais e conceitos de raça, utilizando aportes que vão do conhecimento popular, o vulgo “adágio”, passam pela formação da identidade social, e chegam ao contexto universitário. A narrativa pretende “enegrecer”, ou seja, buscar referências de identidade e representatividade negra positivas, contrariando algumas dessas danosas práticas sociais, por meio da exposição e reflexão sobre o assunto. Para isso, abordo formas de discriminações racistas que normalmente são socialmente invisibilizadas, mas que, acredito, precisam ser constantemente problematizadas nas instituições.

Meu objetivo é demonstrar o enegrecimento dos fatos a partir da minha trajetória como um estudante negro no Curso de Licenciatura em Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas no Campus Bagé da Unipampa e de que forma isso impacta na minha idéia sobre racismo. Primeiramente, vou demonstrar que minha trajetória acadêmica contribui para minha tomada de consciência sobre o racismo, pois através desta vivência presenciei que nossas “enegrecidas” verdades podem ser acolhidas e representadas. Em um segundo momento, questiono, através da comparação dos dados de ingresso dos alunos autodeclarados pretos e pardos nos cursos de Licenciatura em Letras da Unipampa Campus Bagé e dos dados de conclusão desses cursos de graduação dos mesmos alunos, a eficácia das políticas públicas de ações afirmativas para a população negra na Universidade Federal do Pampa.

Este estudo parte da produção de uma narrativa autobiográfica em formato de ensaio acadêmico. O ensaio pode ser um gênero textual encontrado desde a idade antiga como preconiza D’Agata (2015) que nos conta que em 1500 A.E.C o sumério Eannatum de Acádia e em 500 A.E.C Heráclito de Éfeso, filósofo pré-socrático, já escreveram o que pode ser chamado de os primórdios do gênero. Já Woolf (1925) nos leva para alguns escritos de Sócrates, também em 500 A.E.C, como já em formato de ensaio. Apesar desses primórdios, a retomada do gênero textual ou o conceito moderno de ensaio é atribuída ao francês Michel de Montaigne, humanista, em 1570 (ATWAN, 2015). O qual também nos conta que o termo *essai* em francês significa início modesto ou tentativas iniciais ou mesmo teste.

Esse expor da construção de ideias e argumentos, da criação de sentido ao escrever duas, dez, vinte páginas é o que tento fazer aqui - ensaio um primeiro pensamento acadêmico sobre minhas vivências sociais e universitárias quanto ao tema racismo, como elas me marcam, me

constroem e como eu me torno protagonista desta história. Ao detalhar o que um ensaio preconiza hoje em dia Atwan (2011) nos informa que ensaios são escritos com uma atenção ao modo de escrita como o cuidado que tenho com a escolha de palavras “escurecendo” e não “clareando” para que o abstrato tome forma e força no texto e não somente na elucubração argumentativa. Além disso, Atwan (2011) preconiza que o tema de um ensaio deve ser de um assunto de interesse geral presente no contexto em que vivemos, como o tema deste ensaio traz.

Pensando que o ensaio seria um formato que poderia me expressar com desenvoltura enquanto construía um argumento acadêmico, voltei à narrativa. Narro aquilo que vivi e vivo como homem negro para poder compreender e me posicionar melhor sobre minha trajetória de vida (incluindo minha trajetória acadêmica). Assim, volto-me a uma autora norte-americana latina, Aja Martinez que usa a contra-narrativa como uma metodologia que usa o método narrativo como um gênero acadêmico de investigação para combater o racismo. Martinez (2020), baseada em autores como Richard Delgado e Derrick Bell que escrevem sobre a Teoria Crítica Racial (Critical Race Theory), usa um dos princípios desta teoria para ancorar a sua própria produção teórica. A Teoria Crítica Racial surge das experiências de estudantes e professores não-brancos norte-americanos de cursos de Direito que não conseguiam fazer frente a institucionalização do racismo que era um tema apagado de qualquer discussão teórica nos currículos das universidades (MARTINEZ, 2020, p. 110). Uma das metodologias que dá sustentação à escrita de Teoria Crítica Racial é a contra-história ou contra-narrativa (counterstory). (MARTINEZ, 2020, p. 17) teoriza sobre a metodologia de contra-narrativas como produção acadêmica. Ela explica que:

A Teoria Crítica Racial e sua metodologia, contra-narrativa, usa o método de narrativa para teorizar sobre experiências racializadas (sob a perspectiva de qualquer uma ou a combinação das teorias raciais como simbioses, racismo daltônico, convergência de interesses, formação racial, interseccionalidade ou branquitude hegemônica). E, como uma função necessária de contra-narrativa, essas narrativas tem o propósito de expor estereótipos e injustiças e oferecer verdades adicionais através da narração das experiências do próprio pesquisador. (MARTINEZ, 2020, p. 17).

Nem toda narrativa escrita por uma pessoa negra é uma contra-narrativa, explica (MARTINEZ, 2020, p. 18). O que faz com que uma narrativa seja uma contra-narrativa é a perspectiva teórica que a informa. Embora minha narrativa não siga as mesmas perspectivas teóricas norte-americanas sobre racismo que Martinez aponta acima, considero este ensaio narrativo uma contra-narrativa contextualizada na cultura brasileira pautada por escritores brasileiros que teorizam sobre racismo.

Escrevo essa contra-narrativa em formato de ensaio baseado em minhas vivências enquanto estudante negro no intuito, primeiramente, de compreender a minha experiência no curso superior,

refletindo e teorizando à luz das ideias de autores e autoras que tratam as questões raciais. Em resposta ao racismo epistêmico, ou seja, aquele particular e característico do episteme, do conhecimento real e verdadeiro, em comunhão à reflexão sobre a natureza social, sua formação e as suas relações entre o sujeito e o objeto. Assim, escolhi utilizar, em sua maioria, autores e autoras negras como fonte de informação e argumentação para a construção teórica deste trabalho.

Além disso, para corroborar minhas manifestações, trago dados relacionados ao ingresso de alunos autodeclarados negros e pardos para comparar com o número de alunos que, de fato, concluem o curso superior. Demonstrando que as Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a população negra devem prover não apenas o ingresso no ensino superior, mas também a permanência do aluno e, conseqüentemente, a conclusão do curso de graduação.

3 ESTRUTURAS DE OPRESSÃO RACIAL

Acredito que estudar e pesquisar a questão da formação e apresentação da identidade étnico-racial negra e os possíveis desdobramentos das desigualdades sociais e do racismo, me obrigam, neste caso, a necessariamente, levar minhas vivências e análises centradas não apenas e unicamente na simples ação dos sujeitos sociais, mas sim, estabelecendo nexos com as suas práticas, seus partícipes e seus contextos. E diante do avanço do conservadorismo e da reedição de antigas práticas governamentais, como a negação da prática do racismo, o qual é facilmente identificado em falas cotidianas (adágios) presenciadas em diversos contextos. Logo é necessário expor que estas alimentam e guardam em si raízes presentes em nosso meio social desde o escravagismo. A discriminação e o racismo operam de várias maneiras nos diversos níveis da estrutura da nossa sociedade. E neste sentido, o contexto universitário não é exceção. Saltam aos olhos interações sociais cotidianas que são casos explícitos de práticas racistas.

3.1 “Coisa de negro” (Adágio popular)

Combater este adágio popular que é uma das formas mais comuns de manifestação racista é imprescindível. E o sujeito negro reconhecer o seu valor como ser humano e social é o primeiro passo. A educação, a representatividade e o protagonismo te dão este suporte. Veja, reconhecer-me como homem negro nunca foi um problema, pois como disse Milton Santos em uma entrevista “Negro não nasce, ele se torna negro”. Quando ingressei na universidade e obtive certo conhecimento acadêmico formativo curricular o ajustei a um olhar mais atento no meu cotidiano. O que exigiu de mim observar desde as mais explícitas manifestações racistas, até as mais sutis, e me perguntar por que ocorrem e o que as sustentam. Por que mesmo em um ambiente de saber, adágios como esses ainda perduram? Combater o racismo também passa por reavaliar o racismo e saber por que ele ainda acontece na sociedade que prega que somos todos iguais, mas que não costuma praticar o que apregoa. E, na condição de homem negro, baseado em minha trajetória, afirmo que, salvo poucas exceções, nossa sociedade costuma julgar com base na diferença da cor da pele.

3.2 O discurso da consciência estrutural

Dirijo-me especificamente à região sul e ao meu entorno quando afirmo que o discurso, e friso esta palavra no intuito de não me dirigir “a pessoa ou grupo”, historicamente dominante quer fazer você acreditar que todo cidadão branco sul-brasileiro possui ascendência europeia fidalga aristocrata, e, por conseguinte, todos os atributos que tal ascendência automaticamente lhe

proporciona ao passo que inferioriza, para dizer o mínimo, aqueles que não pertencem a seu suposto grupo racial. Veja o que Almeida nos traz no limiar da historicidade racial e perceba como tal afirmação ainda ecoa nos nossos dias:

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil, têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vêm acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (ALMEIDA *apud* CARONE, 2018, p.77)

Voltamos ao cidadão sul-brasileiro, convicto da sua condição de ser “civilizado”. Narcisicamente superior ao restante deste país de mulatos, convive em uma perfeita democracia racial com o restante da população não agraciada com sua ascendência. Mas quando o não-europeu negro pondera esta suposta democracia racial eles reagem em altos brados a afirmar que não podemos contestar tal regime e ainda nos acusam de “negros racistas”, colocando em voga outro popular adágio, aquele que afirma “o racismo vem do próprio negro”. Reitero que exemplifico com falas e atos vividos presencialmente no âmbito universitário. Perceba a gravidade de tais declarações. E por que agem dessa forma? Qual a origem deste sentimento de pertencimento fidalgo tão comum no trânsito acadêmico que frequento? Vejam o que encontrei ao procurar uma resposta sob a égide do Presidente gaúcho Getúlio Vargas:

Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais conveniente da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional. (BRASIL, 1945)

Pois bem, agora eu conheço a história “oficial”, mas, conheço melhor a minha própria história. A história de minhas vivências, como homem negro brasileiro sulista.

Quando entra em pauta o termo Racismo, parece que nós, negros e brancos, salvo exceções, não falamos da mesma coisa. Reafirmando, que tal denotação provém a partir de minha perspectiva e experiência de vida. Assim prosseguindo, afirmo que, grande parte dos brancos pensa que o racismo para se configurar como tal tem que ser violento e mortal como um enforcamento, comum nos filmes americanos ou um linchamento até a morte ou mesmo uma forte agressão recheada de xingamentos, ou seja, apenas três das manifestações mais explícitas da época em que se pode filmar e comprovar o racismo em plena ação. E a ideia que muitos têm do racismo é apenas essa. Então quando afirmamos que determinadas expressões, como “trabalho de preto” é puro racismo, eles não te compreendem e te contestam, pois estão acostumados a pensar o racismo apenas na sua forma crua e no auge da sua prática. Pude comprovar que, mesmo em um lugar formador de opinião como o ambiente acadêmico, as narrativas europeizadas e os seus “filamentos soltos”, que é como me refiro aos saudosistas da fidalguia brasileira, estes permanecem transitando na forma de linguagem

e expressões comportamentais, diariamente detectadas em uma parte de seu efetivo social e profissional.

Não posso afirmar que foi um “choque” testemunhar tais práticas. Foi decepcionante, na verdade. O choque é entrar na universidade e olhar atentamente ao seu redor e perguntar a si mesmo: Cadê o meu povo? Cadê a minha gente? E a resposta se apresenta no simbolismo: pele negra = uniforme de serviço. Salvo exceções, como este que vos fala.

Você, eu, nós, cidadãos e cidadãs temos o direito e o dever de conhecer os fatos da sociedade em que vivemos, ou seja, discutir que o racismo é uma estrutura, não um evento ou “direito de opinião”. Que o sistema capitalista vende uma democracia racial que não existe. Conscientizar-se que é muito doloroso para algumas pessoas reconhecer ou negar seu racismo. É necessário falar disso, sem guerra de narrativas ou viés ideológico. São fatos! Sendo assim, é necessário amplo debate.

Mas não conclua que por eu ter nascido negro e ter sofrido as consequências disso que sempre soube tudo a respeito do assunto. Eu tive que pesquisar, ler, entender que ser negro é ter consciência. Sim, consciência discursiva. A consciência sobre o nosso lugar social e o nosso lugar “de fala” (atente para este vocábulo!). Lugar de “fala”, pois neste contexto, não se trata de calar alguém, ou que deste lugar só as vozes negras são válidas, mas sim em abrir espaço para que diversas vozes possam ser ouvidas e levadas a sério. Na visão de (RIBEIRO, 2019, p. 19), vemos que:

A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e estimula criar mais espaços de poder em vez de espaços de compartilhamento, além de ser um - entre tantos outros - impeditivo para uma educação transgressora. (RIBEIRO, 2019, p. 19)

Perceba nessa definição como um “adágio popular” considerado inofensivo ou uma vociferação do “senso comum” (coisa de preto) no comportamento social pode ser danoso. Prosseguindo, como nos relata a escritora Djamilia Ribeiro em seu livro da coleção *Feminismos Plurais*: Lugar de fala não se apresenta apenas como mera emissão de palavras, frases soltas, conversas e assim por diante (RIBEIRO, 2019, p. 20). Mas como existir e resistir. É sobre quem produz as narrativas. E sobre quais experiências de vida, calcadas na raça, gênero ou na origem tem o direito de existir na sociedade e quais, ao serem negadas o poder de falar, de expressar-se são desconsideradas.

Então, conclui-se que o essencial é focar e dialogar com pessoas que tem interesse em modificar o sistema que aí se apresenta, não com aquelas que propositadamente colocam argumentos no obscurantismo do absurdo do “o racismo vem do próprio negro”. Este é o primeiro passo: tomar consciência sobre o nosso lugar social e o nosso lugar de fala.

Finalizo esta seção sustentando que no relato até aqui apresentado é plausível verificar que o racismo está tão entranhado nas estruturas, ele é um fenômeno tão sistêmico, que, mesmo ao ser cotidianamente externalizado por alguns sujeitos e prontamente confrontado por outros, afirmo, na condição de testemunha e partícipe, que ainda assim ele se mantém intacto. O que me remete a conclusões, entre as quais, que falar sobre racismo não é agradável, gera conflitos e pedindo licença para utilizar outro adágio popular “falar sobre isso é colocar o dedo na ferida”.

3.3 Raça e Racismo

Inicialmente faremos a construção histórica dos conceitos de raça e racismo. “Raça não é um termo fixo. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado”, como afirma (BETHENCOURT, 2017, p. 29). Por trás deste termo sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Foi no século XVI que a ideia de "raça" ganha relevância social e demanda a compreensão de como a figura humana foi construída. E tal figura, que deveria parecer óbvia a qualquer olhar, carrega implicações e variadas interpretações. E a interpretação também é uma forma de ação. Ainda que hoje em dia seja notório o conhecimento biológico e antropológico, especialmente a partir do sequenciamento do genoma humano. O biólogo evolucionista Alan Templeton (2008, p. 05) afirma “[...] não há raças humanas, nem mesmo algo parecido. Diria que o conceito de raças como um todo causa mais enganos do que traz esclarecimentos”. Diante deste exposto, facilmente conclui-se que não existem diferenças que justifiquem o tratamento distinto entre humanos, mas temos que lembrar que a visão do ser humano negro que se tem hoje em dia foi construída por um sistema escravagista dentro de uma visão de mundo colonialista.

E este fator sócio-histórico é amplamente utilizado para naturalizar desigualdades, legitimar comportamentos e definir o sujeito negro como egresso permanente a uma categoria social cuja fusão conceitual raça-escravo em nossa sociedade fidalgo-aristocrata ganha algum sentido. E nesta errônea construção social, o sujeito negro é constituído e predestinado, salvo exceções, a uma existência subalterna e tem sua humanidade constantemente questionada. Exagero? Será?

A contribuição teórica para esta narrativa, advém de uma discussão étnico-racial-social e nesta linha considere alguns autores, sobretudo, suas teorias como pensadores engajados em tais discussões. Em uma abordagem conceitual sobre raça, Kabengele Munanga (2003, p.01) nos diz que “Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido”. E infelizmente, tal pensamento atrelado a uma vil e histórica prática resultou em formas

de hierarquizar e julgar outros seres humanos. Valendo-nos das palavras de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999, p. 67):

Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar, que orientam as ações humanas. (GUIMARÃES, 1999, p. 67)

Vejamos agora uma introdução histórica do conceito de racismo, que abre um diálogo reflexivo com o contexto real vivido na atual sociedade brasileira. Abdias Nascimento (2002, p. 142) afirma que:

Além dos órgãos de poder – o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a política – as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massa – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria”. (NASCIMENTO, 2002, p. 142)

Visando conduzir a questão teórica do racismo na nossa sociedade, Neusa dos Santos Souza (1986, p. 5) reforça algumas bases onde se apoiam o processo de aniquilação da identidade negra:

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. (SOUZA, 1986, p. 05)

Visto isso, interprete nossa sociedade como um todo, em seu *modus operandi* e em suas falas, que desde sua mais tenra existência atrelou o termo “negro” à categoria de escravo - o “outro”, um símbolo de inferioridade, um objeto do qual é preciso desfazer-se quando ele não for mais necessário, proteger-se quando por ele ameaçado ou destruí-lo quando não se pode controlá-lo. Palavras duras? Analise as políticas de segregação racial no Brasil que demonstram como a urbanização é projetada para segregar mantendo a população negra “nos lugares de subalternidade socioeconômica e espacial” desde 1888, quando da abolição do trabalho escravo (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 04).

Mbembe, filósofo e teórico político camaronês, relata que: “Negro é aquilo que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos, quando nada queremos compreender” (MBEMBE, 2018, p. 07). A partir dessa afirmação me permito entender que esta invisibilidade, essa negação deliberada da humanidade, da perversa representatividade do sujeito negro, serve de ferramenta a quem legitima e naturaliza a opressão ao sujeito alvo. Opressão que pode ser física, emocional, política ou mesmo simbólica, como aquela presente em um, a princípio, inofensivo "adágio popular". Como citado anteriormente, o termo Raça carrega simbolismos e dá margem a

interpretações variadas. Ainda que a ciência afirme que não exista enquanto conceito físico, teórico, antropológico ou genético, o que na realidade ocorre é a redução do sujeito, tendo seu corpo físico, sua capacidade intelectual e laboral atrelada e julgada de acordo com a sua cor de pele. Essa é a lógica racista.

4 REPARAÇÃO SOCIAL

Primeiramente é importante pontuar que de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, Art. 1º, IV, da Lei n º 12.288, de 20 de julho de 2010, a população negra é definida como “[...] o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou que adotam autodefinição análoga” (BRASIL, 2010). Em outras palavras, dentro da definição de raça negra, temos uma distinção de cor preta ou parda, o que por si só já é problemático considerando a discussão sobre colorismo num país miscigenado como o Brasil, onde a tonalidade de cor da pele define a experiência social dos sujeitos. Ainda, não há a possibilidade de autodeclaração “negra” no Censo, ela resulta posteriormente da soma das pessoas autodeclaradas pardas e pretas. Outra questão a se levantar aqui é que a autodeclaração racial envolve consciência de identidade étnico-racial, algo um tanto nebuloso para a população brasileira.

Tatiana Silva (*apud* CHARÃO, 2018, p. 04) Coordenadora da Igualdade Racial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, conceitua que a ação afirmativa é aquela que “a partir da identificação de uma desigualdade, cria-se políticas para alterar este cenário de forma a garantir acesso a direitos, bens e serviços semelhantes ao restante da população”. O que me leva a concluir que, em uma sociedade, como a nossa, em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema real a desigualdade racial atrelada a realidade social irá facilmente reproduzir a lógica racista. É notório que se não houver espaços para tratar de conflitos raciais, sexuais ou de violências tais práticas seguirão em voga. Portanto, neste capítulo vou debruçar-me sobre as iniciativas concretas que foram adotadas para enfrentar o racismo nas instituições de ensino superior, entre elas, as ações afirmativas (cotas) e sua adoção pela Universidade Federal do Pampa.

De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério da Educação, cada instituição federal tem autonomia para decidir se vai ou não adotar uma política de ação afirmativa. As cotas podem ser raciais (para negros, pardos e índios), sociais (para oriundos de escolas públicas e deficientes físicos) ou uma combinação dos dois modelos, ou seja, dentro da cota de vagas para estudantes vindos de escolas públicas são reservadas vagas para pretos, pardos e índios. Em geral, para entrar nesta cota, basta que o estudante se autodeclarar preto ou pardo. No caso da Universidade Federal do Pampa, a instituição prioriza 50% do total de vagas, em cada curso, para ações afirmativas pelo sistema de cotas, distribuídas da seguinte maneira: 6% para candidatos com necessidades educacionais especiais; 30% para candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente em

escolas públicas; 10% para candidatos autodeclarados pretos ou pardos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas.

Originalmente as políticas afirmativas sugerem que garantiriam igualdade de acesso ao ensino superior, diminuindo a discrepância do ensino público para o privado em um contexto cultural e histórico que desfavorecia o povo pobre e negro. Silva (2005, p.193) pontua que:

Um programa de ações afirmativas, de modo especial no que tange à meta de cotas para negros nas universidades, significa muito mais do que aumento de oportunidades de acesso ao ensino superior, sendo assim a política de cotas para negros possibilitará para a população negra resgatar o tempo perdido que a sociedade tirou-lhes direitos e garantia para uma vida digna. (SILVA, A, 2005, p.193)

Bem, é quase senso comum que a igualdade de acesso é um lógico direito de todo cidadão, por conseguinte que o Direito está contido na ideia de justiça. Silvio Almeida (2018, p. 130) nos diz que “[...] o direito é visto como um valor, que está além das normas jurídicas. A vida, a liberdade, a igualdade e a propriedade são valores que devem ser cultivados por toda a humanidade”. Aqui se faz necessário mencionar que a Universidade Federal do Pampa cumpre seu objetivo de incluir, numericamente, o cotista no ambiente acadêmico, mas é necessário pontuar a avassaladora evasão destes alunos.

Conforme os dados abaixo provenientes do Setor de Registros Acadêmicos da Pró-reitora de Graduação da Unipampa, de 2010 a 2020, dos 5.914 alunos ingressantes autodeclarados pretos ou pardos, apenas 908 se formaram, concluíram o curso de graduação, ou seja, 15,35% (Veja Tabela 1).

Tabela 1 – Registro de autodeclarados pretos e pardos ano de ingresso e concluinte 2010-2020 Unipampa

ETNIA	ANO INGRESSO	INGRESSANTES	CONCLUINTES
2.PRETA	2010	192	61
	2011	202	71
	2012	164	40
	2013	171	45
	2014	184	46
	2015	154	29
	2016	165	20
	2017	162	3
	2018	242	1
	2019	215	1
	2020	99	0
4.PARDA	2010	228	99
	2011	240	90
	2012	282	86
	2013	407	98
	2014	462	107
	2015	311	65
	2016	314	32
	2017	410	10
	2018	516	3
	2019	543	1
	2020	251	0
TOTAIS		5914	908

Fonte: Universidade Federal do Pampa. Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) Divisão de Registros Acadêmicos (DRA) (2021)

Diante deste quadro, acredito que é necessário (re)pensar em todo o processo histórico escravagista que aconteceu no Brasil. O racismo ainda é forte e, as teorias e práticas racistas seguem em voga no Brasil e no nosso contexto universitário. Percebemos ao analisar a tabela acima que a política de cotas aplicada pela Universidade Federal do Pampa insere a população negra no Ensino Superior. No entanto, não consegue manter essa população nos bancos universitários. O número de evasões desta parcela da população ainda é alto. Sim, é fato que houve, até agora, pouco tempo para a legislação de cotas poder alcançar toda essa população. Mas também devemos perceber que as dificuldades de ordem econômica, social e simbólica desta parcela da população também influencia nos resultados finais. Eu mesmo, na minha carreira acadêmica, a qual é muito recente, quase não

tive colegas negros na Universidade. As cotas e o fortalecimento e amplitude de alcance das políticas de permanência ajudarão a melhorar um pouco esse cenário.

Em relação aos dados do Campus Bagé abaixo, dos 1145 alunos ingressantes autodeclarados pretos ou pardos no mesmo período, 108 se formaram, ou seja, 9,43% (Veja Tabela 2).

Os números na Tabela 2 relatam a história do que me parece ser uma comunidade que passa por muitas e extremas dificuldades, tentando manter vivo o sonho do curso superior ao tempo que luta ferozmente para resistir e não sucumbir às mazelas provenientes do racismo que ainda se fazem presentes, pois, para a comunidade negra bajeense, no contexto geral, o curso superior é visto como uma “ferramenta de poder”, na construção da nossa realidade. Portanto, a esperança é reacendida toda vez que um sujeito negro alcança o nível superior em educação. Pois ainda que nossa cidade apresente-se como município de vida pacata, cujas praças e ruas centenárias cercam-se de prédios históricos e que denotam a riqueza de tempos passados, um sutil e silencioso *apartheid* silencioso ocorria desde sua fundação até o século passado, pois em sua principal avenida, todo sujeito negro sabia até onde deveria circular e em quais lugares teria seu acesso negado. E acredito que tal fato não tenha sido apenas uma “peculiaridade” pertencente à cidade de Bagé. Me atrevo a executar tal relato pois, como cidadão bageense que sou, presenciei e vivi tal fato. Prossigo, enfatizando que, acredito que a porcentagem anteriormente citada (9.43%), é, em muitos aspectos, o simbolismo da aversão à população negra em uma sociedade que não deseja a sua efetiva e necessária representatividade estrutural, A Rainha da Fronteira, como é conhecida a cidade de Bagé, ainda reserva para o sujeito negro o silenciamento, a subalternidade, e o campo social marginal, o lugar de negro.

Tabela 2 - Registro de autodeclarados pretos e pardos ano de ingresso e concluinte 2010-2020 Unipampa – Campus Bagé

ETNIA	ANO_INGRESSO	INGRESSANTES	FORMADOS
2.PRETA	2010	49	5
	2011	59	15
	2012	40	10
	2013	42	8
	2014	39	2
	2015	30	5
	2016	47	4
	2017	38	0
	2018	54	0
	2019	43	0
	2020	22	0
4.PARDA	2010	45	8
	2011	44	11
	2012	45	7
	2013	71	13
	2014	76	13
	2015	51	3
	2016	60	3
	2017	76	1
	2018	92	0
	2019	98	0
	2020	24	0
TOTAIS		1145	108

Fonte: Universidade Federal do Pampa. Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) Divisão de Registros Acadêmicos (DRA) (2021)

No que diz respeito ao Curso de Licenciatura em Letras e suas respectivas habilitações, enquanto o curso era noturno, de 2010 a 2013, podemos verificar que dos 100 ingressantes autodeclarados pretos ou pardos, 30 se formaram (Veja Tabela 3).

Tabela 3 - Registro de autodeclarados pretos e pardos ano de ingresso e concluinte 2010-2013 por curso de Letras do Campus Bagé - Unipampa

CURSO	CODÍGO CURSO	ETNIA	ANO INGRESSO	INGRESSANTES	CONCLUINTE
CURSO DE LETRAS- PORTUGUÊS E ESPANHOL- NOTURNO	BALPE	2.PRETA	2010	2	0
			2011	4	2
			2012	2	2
		4.PARDA	2013	1	0
			2012	1	1
			2013	1	0
LETRAS - HAB PORTUGUES e LITERATURAS LÍNGUA PORTUGUESA	BALE	2.PRETA	2010	11	3
			2011	19	6
			2012	11	3
		4.PARDA	2010	13	4
			2011	11	3
			2012	10	0
LETRAS - PORTUGUES E INGLES	BALPI	2.PRETA	2011	3	2
			2012	1	1
			2013	1	0
		4.PARDA	2011	5	2
			2012	1	0
			2013	3	1
TOTAIS				100	30

Fonte: Universidade Federal do Pampa. Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) Divisão de Registros Acadêmicos (DRA) (2021)

Esse número não muito alto, porém, de certa forma expressivo de formandos autodeclarados pretos ou pardos, de 2010 a 2013, talvez se deva ao fato de que o curso era noturno, possibilitando que alunos de baixa renda pudessem trabalhar. Digo isto, vislumbrando o coeficiente racial, conjuntamente ao coeficiente social (negro e pobre) em ótica, tendo em vista a realidade da população negra no país e na região. Ainda que pesquisadores como Taborda (1984-2015, p. 04) e Fagundes (1995, p. 04) façam questão de mencionar que Bagé antecipou a abolição da escravidão – que segundo os autores, teria ocorrido no ano de 1884, sob a égide da Sociedade Abolicionista 28 de Setembro, entidade que segundo os autores foi a responsável pelo movimento que deu origem ao “ato grandioso e nobre da libertação dos escravizados de Bagé” (TABORDA, 1984, p. 07) – tal feito, não viabilizou ou tornou igualitária a trajetória do sujeito negro no quadro social bageense até os nossos dias.

Comparativamente, de 2013 a 2020, quando o respectivo curso se dividiu e o Curso de Licenciatura em Línguas Adicionais passou a ser diurno e o Curso de Licenciatura em Letras Português continuou noturno, os números não se alteraram consideravelmente. No total, houve 184 ingressantes autodeclarados pretos ou pardos neste período, e 23 se formaram. No caso do Curso de Licenciatura em Letras Português, foram 96 ingressantes e 10 formados, um percentual de 10,41%. No Curso de Licenciatura em Línguas Adicionais foram 88 ingressantes e 13 formados, um percentual de 14,7% (Veja Tabela 4).

A partir dos dados apresentados na Tabela 4, podemos concluir que não há considerável mudança percentual de formandos nos cursos diurno ou noturno, revelando assim que tais resultados podem ser explicados pela estrutura social, pelo esvaziamento de iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial, conforme nos relata o relatório técnico preliminar “Direitos da População Negra e Combate ao Racismo” (AGÊNCIA CÂMARA de NOTÍCIAS, 2020), elaborado pela Consultoria Legislativa e pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados em conjunto ao ambiente educativo.

Tabela 4 - Registro de autodeclarados pretos e pardos ano de ingresso e concluinte 2013-2020 por curso de Letras do Campus Bagé – Unipampa

CURSO	CODÍGO CURSO	ETNIA	ANO INGRESSO	INGRES-SANTES	CONCLUIN-TES
LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	BALP	2.PRETA	2013	3	2
			2014	6	1
			2015	2	1
			2016	5	1
			2017	6	0
			2018	8	0
			2019	9	0
		2020	3	0	
		4.PARDA	2013	7	2
			2014	5	1
			2015	6	1
			2016	3	0
			2017	7	1
			2018	15	0
2019	9		0		
2020	2	0			
LETRAS-LÍNGUAS ADICIONAIS: INGLÊS, ESPANHOL E RESP. LITERATURAS	BALA	2.PRETA	2013	6	3
			2014	4	0
			2015	8	4
			2016	6	1
			2017	2	0
			2018	2	0
			2019	4	0
		2020	1	0	
		4.PARDA	2013	10	3
			2014	7	2
			2015	3	0
			2016	9	0
			2017	4	0
			2018	8	0
2019	10		0		
2020	4	0			
TOTAIS				284	53

Fonte: Universidade Federal do Pampa. Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) Divisão de Registros Acadêmicos (DRA) (2021)

Em contramão, se pode pontuar que alunos negros e alunos de acesso universal abandonam o curso em proporções próximas, mas acredito que estes seriam dados genéricos. Explico: alunos negros têm realidades particulares! A presente narrativa demonstra isso. Perceba que como a possibilidade de ascensão social através do curso superior esbarra em toda sorte de dificuldades de conclusão. Obstáculos, aparentemente facilmente transponíveis para a maioria da massa universitária, se tornam paredes de concreto para outros. Dificuldades como a baixa renda familiar, morar na periferia da cidade, não ter computador e internet em casa são algumas das básicas dificuldades materiais, além das já citadas dificuldades simbólicas presentes na nossa estrutura social, ocasionando maior demora para se formar, pela escolha de matricular-se em menos disciplinas ou por reprovação ou, alto índice de evasão, como indicam os números da tabela. O motivo não é dificuldade em acompanhar as aulas, mas sim, quase sempre, a necessidade de trabalhar em paralelo aos estudos. Perceba esta correlação: o aluno que trabalha produz em ritmo mais lento, sendo assim, seu percurso acadêmico é mais longo. Fazendo um paralelo com o adágio popular “matar um leão todo dia”, nesse caso, não sei nem se Hércules conseguiria.

Mesmo com a lei de cotas e com ações afirmativas vigentes no ensino superior, ainda encontramos informações que desafiam a lógica da equidade racial. Veja o caso da Universidade Federal do Pampa e perceba que mesmo após a implementação de políticas públicas de redução de desigualdades e reparações históricas, a discrepância racial visivelmente, persiste provando que os efeitos da colonização epistêmica ainda se fazem presentes, e o âmbito universitário é uma amostra disso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] fazendo apelo à humanidade, ao sentimento de dignidade, ao amor, à caridade, seria fácil provar ou forçar a admissão de que o negro é igual ao branco. Mas nosso objetivo é outro. O que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial. (FANON, 1980, p. 06).

Projeto nas afirmações acima de Frantz Fanon (1980, p. 06) a ideia que não basta a moral cristã “Somos todos iguais perante Deus e as leis”. Será que as mentes dos fiéis deixarão de ser preconceituosas? Ou serão necessárias medidas concretas para que o façam? Acredito que, quando se almeja a construção de uma sociedade igualitária, primeiro, é preciso que se compreenda o papel de cada estrutura, seja ela de cunho social, religioso, político ou educativo, pois estes desempenham um papel na reprodução ou no combate ao racismo. E baseando-se nessa premissa, a educação torna-se elemento essencial e indispensável a qualquer mudança, embora, esta, tanto familiar quanto escolar, não possa resolver tudo sozinha. Mas a educação ocupa, sim, espaço de destaque, pois ainda que não disponha de fórmulas milagrosas para sanar os males produzidos pelo racismo, no meu caso, ela cumpriu a função primordial de ampliar meus conhecimentos a ponto de questionar a nossa estrutura social e mental herdada do mito da democracia racial.

Ideológica e historicamente o colonialismo baseou-se no discurso que estruturava o discurso da inferioridade racial dos povos colonizados, tese que, segundo seus autores, sistematicamente condena(va) a uma existência primitiva e racionalmente subdesenvolvida. Declarações, relatos e fatos que presenciei na carreira acadêmica explicitam todo o contexto do que é possuir características fenotípicas classificadas pelo colonialismo cujo eco é tão forte que se faz sentir diariamente e por toda uma vida em nossa sociedade. Em suma, o racismo é fruto de todo um sistema histórico e não somente de processos cognitivos individuais já anteriormente citados e associações mentais automáticas que moldam o comportamento social. Comportamento este que gera o que chamo de “racismo colonial enraizado”. E uma característica deste processo é a sua postura de negação. O que é isso? Como mensurar isso? Vou exemplificar com um fato ocorrido na academia. Perceba como o racismo colonial enraizado pode ser facilmente detectado.

Exemplo: A representação de uma figura negra de destaque, o Presidente norte-americano Barack Obama na tela do meu celular, exposto despretensiosamente no balcão da universidade. Diga-me, pode a tela de um celular provocar uma espantosa reação ou acionar o gatilho racista naqueles que aparentemente empenham-se em negar seu próprio racismo? Analise a fala: “[...] nos EUA eu não sei, mas aqui a Lei Áurea foi assinada a lápis”- declarações mambembes como esta, feitas no âmbito universitário, dizem muito sobre a tendência de uma parte dos

componentes sociais manter, ao tempo da outra parte, compreender, os efeitos nocivos de uma sociedade fundada nos alicerces coloniais racistas.

A mim, parece óbvio que a representação de uma pessoa negra detentora de poder fere aqueles que se acostumaram a ver a face explícita do negro subserviente e incapaz. A presença de tal sujeito em tal lugar de destaque desestabiliza as costumeiras relações de poder, as desigualdades estruturais já normalizadas e os privilégios dos mesmos que se empenham em manter o sistema racista. Precisamos que as pessoas que alimentam esse sistema sejam realmente responsabilizadas e que políticas reparadoras sejam realmente cumpridas.

Objetivo difícil, reconheço. Pois aqui caímos no mito da democracia racial. “Somos todos iguais” ou “No Brasil não teve Apartheid” são frases de efeito bem comuns em qualquer discussão ou mídia social quando o assunto racismo vem à tona. Este mito do período pós-escravagista defende que na terra tupiniquim não existe racismo. A ideia do povo "moreno, alegre e cordial, samba e capoeira" acabou consolidando o conto de fadas. Esse é o discurso. Mas na prática: o açoite do capitão do mato ainda estala nas estruturas sociais, inclusive no espaço acadêmico. Exagero? Olhe ao seu redor e me diga o que vê.

O que fazer então em uma guerra com tantos fronts, tantos soldados e tão poucos recursos? Não sei. Apenas me resta enfatizar que o racismo e seus partícipes científicos, políticos ou individuais devem primeiramente ser compreendidos dentro do nosso contexto social e histórico pois enquanto as nossas relações raciais ocorrerem dentro de um sistema estruturalmente racista, pessoas negras continuarão a ser subvalorizadas e contestadas.

Além disso, consciente de que mudanças em nossa sociedade não se fazem apenas com denúncias ou notas de repúdio, mas que dependem, antes de qualquer coisa, da tomada de consciência racial, das mudanças de postura, e de atos concretos ocorridos no interior da estrutura social. Quando eu passei a prestar mais atenção ao número de pessoas negras no ambiente universitário e quais papéis desempenhavam, percebi que, dentre os trabalhadores das áreas de segurança e limpeza, a maioria são negros e negras como eu. Todos devidamente uniformizados. Estes são *detalhes* que, a princípio, passam despercebidos para quem não despertou para a questão racial. Por que isto acontece? Seria um *apartheid* não-oficial? Lógico que não, segundo as explicações que encontrei. E em busca de explicações, ouvi algumas possibilidades de resposta no âmbito universitário: “Negros são excelentes esportistas, atletas, músicos, dançarinos, mas não são *tão* aptos para a vida intelectual né?” ou “Negros e brancos são livres para fazer suas escolhas, raça não tem nada a ver”.

Explicações fáceis de engolir, não? Os negros é que são culpados por ocuparem outros lugares que não o espaço acadêmico? O que *claramente* se percebe, é a ideia *clara* que inflige à

pessoa *negra* uma espécie de “inferioridade natural”. É lamentável que, mesmo no meio acadêmico, ainda seja possível ouvir relatos como estes, sobre a inaptidão da pessoa negra para certas tarefas, normalizando a “impressão” de que negros só tem um lugar: o precário, o insalubre, o subalterno. E a ausência de pessoas negras em tribunais exercendo a função de juízes e advogados, de médicos em hospitais, de professores nas universidades corrobora esta falsa ideia.

Este comportamento, esta *impressão*, ganha respaldo social quando nos limitamos a olhar o racismo como mero ato comportamental, deixando de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram praticados sob a égide da “legalidade”, com o apoio de lideranças políticas, religiosas e sociais, utilizando o escudo da meritocracia. Esta que, como anteriormente citada, se organiza em normas e padrões prejudiciais à população negra.

Perceba as implicações deste comportamento. A primeira é a de que os padrões de funcionamento social privilegiam o status quo, não admitindo mudanças nas normas e padrões deste sistema em que apenas um grupo é privilegiado. O primeiro indício disso são as falas cotidianas observadas no ambiente acadêmico, as quais já me referi, e que são reproduzidas diuturnamente. O segundo indício são os dados que comprovam o número de pessoas autodeclaradas pretas e pardas que ingressam na universidade federal mas não concluem o ensino superior.

Penso que é dever cabal de uma instituição, como a nossa universidade, realmente preocupar-se com a questão da inclusão e permanência do aluno negro. Propor a questão da racialização do seu ambiente a todos os seus partícipes e fortalecer as iniciativas de permanência dos alunos negros, ao lado de demonstrar o caráter emancipatório e transformador que a educação fará na vida destes alunos. Desde iniciativas simples, como a promoção de uma palestra, como a que deu inspiração a esta pesquisa, ou mais profundas, como esforçar-se para cumprir com as leis de cotas integralmente. Combater a prática racista no seu ambiente é primordial. E digo isto, pois o paradigma escravocrata e suas consequências estão aí, ainda não foram sanadas. Nós, brasileiros e sulistas, vivemos em uma sociedade claramente verticalizada, onde a alarmante desigualdade social predomina de maneira “natural”, e cuja base é estereotipada e meritocrática, a qual já foi devidamente abordada e facilmente rompida quando submetida a análises históricas e sociais. Mas, infelizmente para nós, negros, essa problemática nos atinge no âmago, quando primeiramente grande parte da população branca e parcelas da população negra tende a permanecer negando a existência do racismo.

Assim, as desigualdades permanecem, vivendo na ficção de que nossa sociedade é igualitária e todos temos as mesmas oportunidades. Utopia esta que adquire status de normalidade e força “de quase lei”, mas que quase todo preto sabe que as celebrações de oportunidades, a

legitimidade da diversidade e da igualdade racial só acontecem, infelizmente, nos quatro dias de carnaval.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge. O que o brasileiro não esquece nem a tiro é o chamado frango de Barbosa: questões sobre o racismo no futebol brasileiro. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 13-31, abril/junho 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115315433002.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2021.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Transcrição palestra proferida no TED Talks, Monterey, Califórnia, 2009. Disponível em: [ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt). Acesso em: 03 abril 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramentos, 2018.
- ATWAN, Robert. Of Essays and Essayists. **The Best American essays 2015**. Eds. Robert Atwan and Ariel Levy. Houghton Mifflin Harcourt, 2015. p. ix-xiv.
- ATWAN, Robert. Confessions of an Anthologist. **The Best American essays 2011**. Eds. Robert Atwan and Edwidge Danticat. Houghton Mifflin Harcourt, 2011. p. xi-xvi.
- BARBOSA, Joaquim. **Supremo Tribunal Federal**, jus/brasil,2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=39>. Acesso em 10 out. 2020.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismo: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BORGES, Rosane. Para ir muito além da crítica ao “identitarismo”. *In: Portal Geledés - Instituto da mulher negra*, 09 mar. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/para-ir-muito-alem-da-critica-ao-identitarismo/>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- BRASIL. Decreto-lei nº 7.967, de 27 de agosto de 1945. Dispõe sobre a imigração e colonização. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1945]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17967imprensa.htm. Acesso em: 29 nov. 2020.
- BRASIL. [Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010]. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 01 abr. 2021.
- Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes Brasília - DFBrasil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/709406-relatorio-aponta-corte-em-verbas-federais-para-combate-ao-racismo/>. Acesso em: 08 mai. 2021.

CHARÃO, Cristina. O longo combate às desigualdades raciais. **IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?view=article&catid=18%3Anoticias&id=711%3Ao-longo-combate-as-desigualdades-raciais&format=pdf&option=com_content. Acesso em: 01 abr. 2021.

CRUZ, Suellen Silva da. **Mito da democracia racial e estado brasileiro**: A materialidade da fantasia. *In*: v. 16, n. 1, 2018, Vitória, ES. Anais [...] Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

D'AGATA, John. **The New History of the essay**. Minneapolis: Graywolf Press, 2015. Disponível em: www.graywolfpress.org/sites/default/files/NewHistoryoftheEssay.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

FAGUNDES, Elisabeth Macedo de. **Bagé: no caminho da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Título original: Black skins White masks.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

GONÇALVES, Pedro Augusto Pereira. **Crítica da razão racista**: a colonialidade do pensamento racial de Kant. Curitiba, PR: UFPR, 2018. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61477>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

IBGE. Agência de IBGE de notícias. **Pretos e pardos estão mais escolarizados, mas a desigualdade em relação aos brancos permanece**. 13 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 12 nov. 2020.

LEPE-CARRIÓN, Patricio. Racismo filosófico: el concepto de "raza" en Immanuel Kant. **Filosofia Unisinos**, p. 69, jan/abr 2014.

MANGUEIRA, **Samba -enredo**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br>. Acesso em: 01 mai. 2021.

MARTINEZ, Aja. **Counterstory**: The Rhetoric and Writing of Critical Race Theory. Champaign, IL: NCTE, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MERITOCRACIA é discurso para manter desigualdade social e racial diz historiador Sidney Chalhoub. **Portal geledés – Instituto da mulher negra**, 09 jun. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/meritocracia-e-discurso-para-manter-desigualdade-social-e-racial-diz-historiador-sidney-chalhoub/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MICHAELIS on -line. **Meritocracia** .Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 03 mai. 2021.

MILTON SANTOS fala sobre a condição do negro no Brasil. [20--?].1 vídeo (14min). Entrevista publicada pelo canal TVBoliva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bvEgzA6SACA_ Acesso em: 20 nov. 2020.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. PENESB. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MUNANGA , K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em:<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso:05 mai. 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do (Org.). **O Negro Revoltado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 12 nov. 2020.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil. **Amérique Latine Histoire et Mèmoire Les Cahiers ALHIM**, n. 29, p., jun. 2015. Disponível em: <http://journals.opendetition.org/alhim/5191>. Acesso em: 02 mar. 2021.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

ROMANO, Iracema. **Carrego comigo no corpo e na alma**. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjM3MTI3MQ/>. Acesso em 07 out. 2020.

SILVA, A. R. S. da; SILVA, R. S. da. A história do negro na educação: entre fatos, ações e desafios. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.14, n. 24. p. 193-204, jul./dez. 2005. Disponível em:

SOUZA, Neusa do Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TABORDA, Tarcísio Antônio da Costa. **A abolição da escravatura em Bagé: o 28 de Setembro**. Bagé: Museu Dom Diogo de Souza, 1984.

TABORDA, Tarcísio Antônio da Costa. **Bagé de ontem e de hoje: coletânea de artigos publicados na imprensa (1939 – 1994)**. Bagé: Ediurcamp, 2015.

TEMPLETON, Alan. Revolução genômica. **Revista Pesquisa FAPESP**, abr. 2008. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/alan-templeton/>. Acesso em: 02 mai. 2021.

WOOLF, Virginia. **The Modern essay**. 1925. Disponível em: www.thoughtco.com/the-modern-essay-by-virginia-woolf-1690207. Acesso em: 17 abr. 2021.